



Manifestação da ISAAC-Brasil em relação ao Decreto Nº 10.502 de 30 de setembro de 2020 que Institui a nova Política Nacional de Educação Especial.

A **ISAAC-Brasil**, Capítulo Brasileiro da **International Society for Augmentative and Alternative Communication – ISAAC**, junta sua voz à voz de outros grupos liderados por pessoas com deficiência, familiares, instituições de pesquisa, universidades, profissionais, redes de educação e **repudia os termos do Decreto Nº 10.502 de 30 de setembro de 2020 que Institui a “Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida”**, assinado em 30 de setembro de 2020 pela Presidência da República.

O referido decreto retorna investimento público para abertura de classes e escolas especiais e consequentemente permite às escolas a possibilidade de negar matrícula e/ou estimular famílias a levarem seus filhos para instituições e espaços segregados. Ou seja, os desafios já enfrentados para uma educação inclusiva hoje serão intensificados e ampliados com a vigência do Decreto.

Sobre um Direito não há escolha e a Educação é um direito inalienável.

Estamos cientes que nosso país, em sua dimensão continental, tem muitos problemas concretos a serem resolvidos para qualificar seus sistemas educacionais inclusivos. O que exigimos do governo são os investimento sérios para valorização salarial e qualificação dos professores, para sua formação permanente, para adequação das escolas em acessibilidade física e comunicacional, implantação de serviços e práticas de Tecnologia Assistiva dentro das escolas, na valorização do professor da Educação Especial, dando a eles as condições necessárias para uma atuação do atendimento educacional especializado, focado na perspectiva inclusiva.

Nós, da **ISAAC-Brasil**, trabalhamos para que as pessoas que apresentam necessidades complexas de comunicação possam se expressar, ser compreendidas, acessar seus direitos de forma autônoma e participar, como cidadãos, das tomadas de decisão sobre suas próprias vidas e sobre a vida em sociedade, em igualdade de condições.

Ao imaginar uma sociedade inclusiva podemos afirmar que a barreira da comunicação é a mais potente e excludente. Há muitos motivos para justificar tamanha exclusão: a ausência de políticas públicas integradas de educação e saúde com foco na comunicação, o pouco conhecimento de familiares e profissionais sobre a Comunicação Alternativa, a ausência de serviços especializados, a não inclusão de recursos de Comunicação Alternativa na tabela de concessão do SUS e ausência de ambientes (escolas, hospitais, serviços públicos, áreas gerais de convívio social) onde a diferentes formas de comunicação são acolhidas e compreendidas. Um dos caminhos mais promissores para superar barreiras de comunicação é por meio da Comunicação Alternativa e, como tal, pode ser entendida à luz do conceito de adaptação razoável, como proposto na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

Acreditamos que uma sociedade mais justa, igualitária e sem discriminação só poderá surgir a partir de um esforço coletivo de construção de uma Escola que forme cidadãos justos, fraternos, livres de preconceitos e que valorizem a diferença como uma qualidade do outro, com a qual



todos podemos aprender e crescer, afinal somos todos diferentes. Isso só poderá acontecer a partir do convívio entre alunos, professores e funcionários com e sem deficiência, e numa escola em que todos os grupos de pessoas que existem extramuros da escola estejam nela representados.

Uma Política Nacional de Educação que não tenha como destino certo e seguro uma inclusão plena não atende os preceitos legais vigentes em nosso país – **Constituição, Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, Lei Brasileira de Inclusão** – e muito menos a expectativa pessoal das pessoas com deficiência, suas famílias e toda a sociedade que não suporta mais conviver com as feridas causadas por nosso histórico de discriminações naturalizadas sobre grupos vulneráveis, relativas a situações socioeconômicas, de raça, de gênero, de deficiência, entre outros.

A **ISAAC-Brasil**, por meio de seus associados, sempre atuou colaborando com as políticas inclusivas. Podemos citar as publicações do MEC que tiveram a autoria de nossos associados:

- Portal de Ajudas Técnicas - Recursos Pedagógicos Adaptados;
- Portal de Ajudas Técnicas - Recursos para Comunicação Alternativa;
- Portal de Ajudas Técnicas - Tecnologia Assistiva;
- A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. Recursos Pedagógicos Acessíveis e Comunicação Aumentativa e Alternativa;
- A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. Orientação e mobilidade, adequação postural e acessibilidade espacial;
- Atendimento Educacional Especializado na Deficiência Física.

Atuamos também nos eventos de formação do **Programa Educação Inclusiva Direito à Diversidade** em suas edições nacionais e municipais, em todos os Estados da Federação.

Nas oito edições de nosso **Congresso Brasileiro de Comunicação Alternativa**, apresentamos muito trabalhos de pesquisa e relatos da prática da Comunicação Alternativa aplicada ao contexto educacional inclusivo, trabalhos sobre formação dos professores do Atendimento Educacional Especializado e sua atuação na Comunicação Alternativa. Tudo isto está publicado em nossos livros que servem como referencial para estudos e formações.

Reiteramos nossa disposição de seguir trabalhando pela Educação Inclusiva e apoiando as famílias e os alunos que apresentam dificuldades complexas de comunicação, para que sigam seus estudos com todo o apoio que necessitam para viabilizar sua participação em igualdade de condições, sem exclusão.

Todos juntos pela educação inclusiva.

Rita Bersch

Presidente ISAAC-Brasil

Gestão 2020/2021